



SENADO FEDERAL

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 5582/2025)**

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

**Art. XXX.** A Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º-A. No curso das investigações de crimes praticados por organização criminosa, diante de representação do delegado de polícia ou requerimento do Ministério Público, o juiz decidirá no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do pedido.

§ 1º Na hipótese de representação do delegado de polícia, o Ministério Público emitirá parecer no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no § 1º, independentemente de manifestação do Ministério Público, os autos serão imediatamente conclusos ao juiz.

§ 3º Na hipótese de urgência ou de risco de ineficácia da medida devidamente fundamentadas, o juiz decidirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, facultado ao Ministério Público manifestar-se posteriormente à decisão judicial.

§ 4º É facultado ao delegado de polícia, supletivamente, caso o Ministério Público não o faça no prazo legal, interpor recurso em sentido estrito em face da decisão que indeferir, total ou parcialmente, sua representação.

§ 5º O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público fiscalizarão, no âmbito de suas respectivas competências, o estrito cumprimento dos prazos previstos neste artigo e adotarão as providências disciplinares cabíveis na hipótese de descumprimento injustificado.”

..... (NR)



## JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta permite que o delegado de polícia tenha legitimidade para recorrer das representações que forem indeferidas pelo Poder Judiciário.

A reanálise da representação poderá ser pleiteada pelo delegado de polícia que conduz a investigação e não afeta a legitimidade recursal do Ministério Público (a legitimidade passará a ser, destarte, concorrente).

A proposta aqui apresentada amplia o enfrentamento à criminalidade organizada, posto que, atualmente, se o juízo indeferir o pedido do delegado de polícia e o Ministério Público não recorrer, não há o que ser feito para obter a medida cautelar representada.

Assim, pela justiça da presente emenda, contamos com o apoio dos nossos nobres Pares.

Sala da comissão, 1 de dezembro de 2025.

**Senador Eduardo Gomes**  
(PL - TO)

